

Junto aos esfarrapados do mundo: a educação popular da Assessoria Jurídica Universitária Popular

*Together With The Grippers of the World: peoples's education of
the Popular Legal Counsels*

Ana Lia Vanderlei de Almeida¹

Resumo: Este artigo resulta da sistematização de parte das análises empreendidas na tese de doutorado “Um estalo nas faculdades de direito: perspectivas ideológicas da assessoria jurídica universitária popular” (2015). Em “Junto aos esfarrapados do mundo: a educação popular da Assessoria Jurídica Popular”, busco problematizar as possibilidades, as contradições e as limitações das atividades de educação popular, inspiradas em Paulo Freire, desenvolvidas pelos grupos de assessoria jurídica universitária popular. Delimito a concepção de “educação popular” destes grupos a partir de relatos deles próprios sobre suas práticas, identificando alguns dilemas desta atuação. No plano teórico, as análises encontram-se no campo da tradição mar-

¹ Doutora pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Jurídicas (2015), com pesquisa no tema da educação jurídica (as ideologias na Assessoria Jurídica Universitária Popular). Mestre pelo mesmo Programa (2009), pesquisando o tema da mediação popular de conflitos. É professora do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba, ministrando disciplinas de Teoria do Direito. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Marxismo, Direito e Lutas Sociais (GPLutas/UFPB) e do Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru (NEP/UFPB). Ligada ao Instituto de Pesquisa Direito e Movimentos Sociais (IPDMS), dentro do qual coordena o Grupo de Discussão “Educação Jurídica e Assessoria Jurídica Popular”. Áreas de interesse: marxismo, gênero e feminismo, educação jurídica e assessoria jurídica popular.

xista, em diálogo com as ideias de Paulo Freire e com importantes referências orgânicas da assessoria jurídica popular.

Palavras-Chave: Educação Jurídica; Assessoria Jurídica Popular; Educação Popular.

Abstract: *This article is the result of systematization of the analysis undertaken in the doctoral thesis “A snap in law schools: ideological perspectives of university students’ popular legal counsels “ (2015). In “Together with oppressed of the world: popular education of university students’ popular legal counsels” attempts to analyze the possibilities, contradictions and limitations of popular education activities, inspired by Paulo Freire, developed by university students’ popular legal counsels. Delimited the concept of “popular education” of these groups from their own reports about their practices, identifying some dilemmas of this action. The analyzes moves on the field of Marxist tradition, in dialogue with Paulo Freire’s ideas and important organic references to popular legal counsels.*

Keywords: Legal Education; Popular Legal Counsels; Popular Education.

Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam (Paulo Freire em Pedagogia do Oprimido).

Dali a pouco os apitos anunciariam o início das primeiras partidas da Copa do Mundo de 2014. O país do futebol se preparava para este *megaevento*², reorientando o espaço urbano nas suas cidades-sede. Fortaleza estava em obras. O estádio do Castelão foi reformado a um custo de mais de meio bilhão de reais, com um estacionamento para dois mil automóveis, além de um hotel e um *shopping* nas suas proximidades. O aeroporto Pinto Martins foi ampliado. No complexo portuário do Mucuripe, importante centro turístico da região, foi construído

2 Encontra-se grafadas em *itálico* as expressões êmicas, isto é, utilizadas dentro do campo de pesquisa, bem como as expressões que apresentam dubiedade analítica e ainda os nomes fictícios dos estudantes (com a devida autorização).

um terminal de passageiros e um novo cais, além de estacionamentos e da pavimentação e urbanização do acesso à área. Em Praia Mansa, próxima ao porto, seriam construídos “hotéis flutuantes”, a despeito das diversas comunidades consolidadas ali como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).

Igualmente necessário se tornou construir o Centro de Convenções, o Acquário Ceará, a urbanização do rio Maranguapinho e do Parque do Cocó, além de outro aeroporto, em Jericoacoara. Não se esqueceram de melhorar as rodovias estaduais que levam às praias ensolaradas do belo litoral cearense, com seus *resorts* “conhecidos pelos conflitos com as comunidades tradicionais e pela exploração das mulheres”, como registrado na edição de outubro de 2011 de *O Maturi*, informativo do Centro de Assessoria Jurídica Universitária (CAJU) da Universidade Federal do Ceará.

Ali, os *cajuanos* questionavam: *uma cidade é para quem nela mora ou para quem nela negocia?* Divulgavam também uma nota elaborada pelo Núcleo de Assessoria Jurídica Comunitária (NAJUC) (outra AJUP presente na Universidade Federal do Ceará), e assinada por toda a REAJU (Rede Estadual de Assessoria Jurídica Universitária), denunciando os *atropelos* na construção de uma dessas obras, com a qual se envolveram mais diretamente: a do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). Tratava-se de um trem voltado, basicamente, ao deslocamento entre o aeroporto, o estádio e o circuito hoteleiro localizado na praia. Segundo eles, havia inúmeras irregularidades no licenciamento ambiental das obras do VLT, especialmente quanto à elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA/RIMA), instrumentos legalmente previstos como indispensáveis à construção de obras capazes de “causar degradação ao meio ambiente natural, cultural, artificial e do trabalho”, como explicavam na nota.

O CAJU, o NAJUC e a REAJU fazem parte de uma orientação ideológica no direito (a Assessoria Jurídica Universitária Popular, ou AJUP) que busca apoiar os trabalhadores e os demais sujeitos subalternizados em seus enfrentamentos na sociedade de classes, provocando sucessivos “estalos” nos sujeitos ligados ao campo jurídico. Nesse

“estalo”, que é um processo de despertar ideológico³, os estudantes vão mudando a sua forma de compreender o mundo ao tempo em que vão tomando partido nos antagonismos sociais por meio da práxis da assessoria jurídica popular.

A expressão “assessoria jurídica popular” relaciona-se a certas práticas do campo jurídico que se colocam ao lado dos sujeitos subalternizados nos enfrentamentos da sociedade de classes. Os sujeitos destas práticas são, principalmente, advogadas e advogados populares (conformando o campo da “advocacia popular”) e grupos ligados às universidades (conformando o campo da assessoria jurídica universitária popular) (ALMEIDA: 2015). Dentre as tarefas que se propõem a fazer, estes grupos, em especial os estudantis, buscam desenvolver atividades de *educação popular*.

Buscarei aqui analisar alguns aspectos da prática de educação popular na AJUP, apresentando algumas discussões presentes na tese de doutorado “Um estalo nas faculdades de direito: perspectivas ideológicas da Assessoria Jurídica Universitária Popular” (2015). Ali, buscava compreender as possibilidades, as contradições e as limitações desse segmento na tarefa de se contrapor à perspectiva ideológica dominante no direito, absolutamente comprometida com a manutenção da ordem posta.

No ano de 2013 realizei uma pesquisa de campo para o trabalho doutoral que consista principalmente na observação participante e entrevistas semi-estruturadas com oito grupos de assessoria jurídica universitária popular do Nordeste: o Projeto Cajuína - UFPI, o Núcleo de Assessoria Jurídica Popular Negro Cosme - UFMA, o Núcleo de Assessoria Jurídica Comunitária e o Centro de Assessoria Jurídica Universitária - UFCE, o Programa Motyrum - UFRN, o Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru - UFPB, o Núcleo de Assessoria

3 Ao falar em **ideologia**, não me refiro a uma *falsa consciência* da realidade (sentido usual conferido ao termo), mas a processos de consciência absolutamente voltados à práxis, ou seja, orientados para a ação, que podem estar voltados tanto à conservação da ordem posta como à sua transformação. Nas palavras de István Mészáros (2004), em *O Poder da Ideologia*, a ideologia corresponde a uma **consciência prática e inevitável da sociedade de classes**.

Jurídica Popular Direito nas Ruas - UFPE e o Serviço de Apoio Jurídico Universitário – UFBA. Alguns elementos dessas conversas aparecem nesse texto, desde a apresentação. Os nomes dos estudantes cujas falas foram transcritas, utilizados com a devida autorização, são fictícios e estão grafados em *itálico*.

Parte da tese dedicava-se a problematizar quatro aspectos por mim considerados centrais na prática da AJUP a partir da pesquisa de campo: a educação popular, a horizontalidade, a amorosidade e o protagonismo estudantil. Neste artigo, apresento as questões discutidas em torno de um desses aspectos centrais, a educação popular.

A EDUCAÇÃO POPULAR DA AJUP

No contexto das obras da Copa, os núcleos de assessoria jurídica universitária popular de Fortaleza (CAJU, NAJUC e SAJU) se envolveram mais de perto com as remoções de moradias familiares para atender à demanda de *mobilidade* urbana - a construção do VLT e a duplicação da Via Expressa, uma das principais vias de acesso ao estádio. Num primeiro momento, passaram a integrar o Comitê Popular da Copa, articulação criada em 2010 reunindo diversas organizações populares para *monitorar* e *publicizar* os abusos cometidos contra a população de Fortaleza nos preparativos para receber os jogos.

Com o acirramento dos conflitos em torno das remoções, as comunidades mais diretamente atingidas também se organizaram entre si, buscando formas de resistência. Assim surge o Movimento de Luta em Defesa da Moradia (MLDM), congregando as *comunidades dos trilhos*: Trilha do Senhor, Dom Oscar Homero, São Vicente, João XXIII, Jangadeiros, Canos, Adaci Barbosa, entre outras. Em panfleto do movimento, que o NAJUC ajudou a elaborar e distribuir nas comunidades, eles assim se apresentavam: “O Movimento de Luta em Defesa da Moradia (MLDM) surgiu em 2010 para organizar e mobilizar moradores do Trilho contra as remoções do VLT. Não temos ligações com governos e nem com campanhas eleitorais. Nossa luta é pela nossa moradia” (MLDM, 2013). Na parte de trás do panfleto, o convite direcionado aos moradores da comunidade Trilhas do Senhor: “Participe das reuniões

do MLDM toda segunda-feira, às 19h, no Centro Comunitário da Trilha do Senhor (rua Marechal Rondon, por trás da Via Expressa). Não se iluda: Sem luta, não há vitória!”

Os vínculos do CAJU e do NAJUC junto ao MLDM compreendiam também uma atuação específica em comunidades ligadas ao movimento. O CAJU desenvolvia um trabalho na comunidade João XXIII. O NAJUC, por sua vez, buscava se inserir em Mucuripe e já atuava junto à comunidade de Jangadeiros. Assim *Pablo* me relatou essa atuação:

Nós íamos semanalmente dia de sábado e fazíamos a panfletagem chamando pra reunião dia de quinta-feira, 19h. Essa reunião ocorria na própria comunidade de Jangadeiros, na casa de morador, pra fazer repasse, informando a situação, o que a gente sabia do projeto (que nem é um projeto, do VLT, eles vão construindo as obras e, quando vê, já tá ali). A gente faz esse papel de informação e de tá chamando pra participar do movimento, mesmo, de reconhecerem aquela violação que tá latente e, reconhecendo essa violação, participarem do movimento, o MLDM, chamando pras reuniões de segunda-feira. A gente tem essa inserção maior na comunidade de Jangadeiros, até porque tem um contato maior com dois moradores, que passavam com a gente na panfletagem. A gente recentemente fez um cadastro, que foi uma demanda do movimento pros núcleos, pra comissão jurídica, de tentar criar um cadastro pra saber quantas famílias há naquela comunidade. A gente sabe que muitas vezes tem uma casa em que moram três, quatro famílias, mas pro Governo é só uma. No NAJUC, tomamos o encaminhamento de fazer esse cadastro, e a gente tá na metade. O Caju, por exemplo, fez na João XXIII, onde eles atuam (*Pablo*; Entrevista com o NAJUC realizada em Fortaleza no dia 18 de abril de 2013).

A descrição de *Pablo* delineia um dos principais aspectos da prática da AJUP, que atende pelo nome de *educação popular*. Em panfleto dirigido aos calouros, o NAJUC explicava que este era um dos meios de que a assessoria jurídica popular se utilizava, baseado em Paulo Freire. Compreendiam a *educação popular* “não apenas como uma construção pedagógica junto aos movimentos, mas também

como uma estratégia para a construção de uma nova sociedade, à medida que a educação é tratada como prática entre iguais para a liberdade” (NAJUC, 2012). Se bem que suas atividades excedam ou não se enquadrem, em certas ocasiões, no que concebem como *educação popular*, este sem dúvida é um elemento significativo para a prática da AJUP.

A AJUP reivindica o termo *educação popular* como um dos centros de sua prática, voltada ao *trabalho em comunidade* e com os *movimentos sociais populares*. Para este centro também converge o fundamental da sua formação teórica, principalmente sob as ideias de Paulo Freire – ao lado das *teorias críticas* do direito, como problematizei no capítulo anterior. Como também observou Diego Diehl (2009, p.6), “as principais referências teóricas que influenciaram a criação e o desenvolvimento destes grupos de assessoria estudantil foram a pedagogia do oprimido de Paulo Freire e o Direito Achado na Rua de Roberto Lyra Filho e José Geraldo Sousa Jr”. Em todas as entrevistas que realizei, os estudantes indicaram claramente a *educação popular* como uma de suas principais referências⁴, reivindicando o legado das ideias de Paulo Freire em suas práticas.

Não pretendo fazer uma revisão da literatura sobre a perspectiva educacional freireana, que basicamente pode ser inferida a partir de livros como *Educação como prática de Liberdade* (1967), *Pedagogia do Oprimido* (1975), *Extensão ou Comunicação* (1983), *Que fazer: Teoria e Prática em Educação Popular* (1993) e *Pedagogia da Autonomia* (1996). Embora não possa deixar de resgatar ligeiramente tais ideias, importa centralmente caracterizar em que consiste a utilização desse método para a AJUP, problematizando também as contradições e os limites encontrados no desenrolar da prática em questão.

Freire, tendo como preocupação central o papel da educação nos processos de *libertação humana* em relação a todas as formas de

4 Para uma análise orgânica à perspectiva da AJUP sobre a proposta educativa freireana e sua ligação com os *direitos humanos*, embora em marcos teóricos distintos dos utilizados aqui, ver a dissertação de mestrado de Humberto Góes (2008), um dos fundadores da RENAJU, intitulada *Da pedagogia do oprimido ao direito do oprimido: uma noção de direitos humanos na obra de Paulo Freire*.

opressão, deixou uma vasta produção teórica baseada em suas experiências educativas com o povo. Estava convencido de que o papel do educador brasileiro no momento de “partejamento” que o país atravessava (ou seja, os enfrentamentos com a ditadura civil-militar que fariam “parir” um novo momento democrático) era o de estimular uma “educação crítica e criticizadora” (FREIRE, 1967, p.85-86). Por isso Paulo Freire parte de uma crítica ao modelo dominante de educação, a que ele denominou “bancária” ou “depositária”, aludindo às relações hierarquizadas entre educador e educando, nas quais estes últimos são geralmente concebidos como “depósitos” ou “vasilhas”, “recipientes a serem enchidos pelo educador” (FREIRE, 1975, p.66). Dentro dessa crítica, também se contrapunha ao modelo de interlocução que a universidade havia estabelecido com o povo brasileiro, desenvolvido sob o comando do regime militar. Daí que tenha problematizado, em *Extensão ou Comunicação* (FREIRE, 1983), a compreensão de “extensão” que não considerava uma comunicação dialógica com os sujeitos a quem se dirigia. Contra tal modelo, considerado alienante e mantenedor das relações de dominação, Freire opunha uma educação centrada no diálogo com vistas à “transformação do mundo”. A educação popular consiste no “esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares; capacitação científica e técnica”, tratando-se de uma “prática política”, voltada à necessidade de “transformar a organização do poder burguês que está aí, para que se possa fazer escola de outro jeito” (FREIRE, 1993, p.19). A proposta de uma “educação libertadora”, “dialógica” e também “amorosa” estava ali atrelada, dessa forma, a um projeto político-ideológico de “superação da opressão”. No entanto, os estudantes da AJUP encontram certas dificuldades em identificar e se posicionar em relação às perspectivas contidas nesse projeto.

A obra de Paulo Freire possui seus próprios movimentos, apresentando continuidades e descontinuidades que infelizmente não poderão ser apreciadas nos limites deste trabalho. Além desses movimentos próprios, cabe destacar que sobre essa obra pairam interpretações significativamente díspares e muitas vezes infiéis ao seu pensamento. Ocorre com as muitas leituras de Paulo Freire algo semelhante ao

que José Paulo Netto (2004) analisou sobre as formulações de Antônio Gramsci: da divulgação do pensamento desses autores resultaram certos traços pelos quais eles não podem ser responsabilizados. Netto refere-se a certo uso que se difundiu da noção de *sociedade civil*, reivindicando a linhagem gramsciana, mas que em nada se aproxima das ideias do próprio Gramsci.

Quanto às ideias freireanas, é notável certa inclinação generalizada em utilizar a proposta da *educação popular* como um “método” absolutamente independente de uma intencionalidade crítica e transformadora, a despeito da veemente contraposição de Paulo Freire a esta perspectiva. Circula certa variante de uma “educação popular festiva”⁵, um processo educativo “alegre”, com seus cartazes coloridos expostos com hora marcada nas *comunidades*, geralmente longe das lutas mais radicalizadas dos trabalhadores e dos demais sujeitos subalternizados na sociedade de classes. Trata-se do “ilariê”⁶ da educação popular, “dando um alô” animado para “os pobres”, sem maiores compromissos com as lutas sociais. Um verdadeiro exercício de *cidadania* sem conflito, que reivindica amparo nas ideias de Paulo Freire.

Em alguma medida, a AJUP também é alcançada por essa perspectiva. As “boas intenções” assistencialistas muitas vezes são alimentadas quando os estudantes imaginam que o processo de *transformação social* terá como norte a *conscientização* dos *direitos humanos*, por exemplo. Daí que a *educação popular em direitos humanos* passa a ser concebida como o carro-chefe desse processo de *transformação*, em lugar dos enfrentamentos dos trabalhadores e dos demais sujeitos subalternizados na sociedade de classes contra as forças do capital. A questão passa a depender, supostamente, do nível de *consciência* que esses sujeitos têm a respeito dos *direitos humanos*.

5 Devo a expressão “educação popular festiva” a Diana Melo, ex-integrante do NAJUP Negro Cosme.

6 Já a expressão “ilariê da educação popular”, devo a Ornela Fortes, ex-integrante do Corpo de Assessoria Jurídica Estudantil (CORAJE), de Teresina/PI. Trata-se de alusão à música cantada pela apresentadora infantil Xuxa Meneghel, sugerindo um aspecto de “animação” despolitizada em certas perspectivas de educação popular.

Vai uma grande distância entre tudo isso as perspectivas político-ideológicas da educação popular freireana. Importa ressaltar, a esse respeito, as marcantes aproximações com o marxismo em *Pedagogia do Oprimido*, um dos livros mais influentes para a assessoria jurídica universitária popular. Paulo Freire refere-se expressamente a Marx em sentido concordante em inúmeras passagens. Demonstra também afinidade com leituras marxistas críticas ao estruturalismo e ao marxismo vulgar, referenciando-se em Lukács⁷ e Karel Kosic⁸. Com ainda maior afinidade, dialoga com teóricos ligados à Escola de Frankfurt, sobretudo Eric Fromm⁹, Herbert Marcuse¹⁰ e Luciën Goldman¹¹. Distanciando-se ainda mais da tradição marxista, dialoga também com teóricos como Paul Sartre¹² e Karl Jaspers¹³, o que aponta para o fato de que certo ecletismo pode ser notado, portanto, já nessa obra. Mas em *Pedagogia do Oprimido*, Freire se aproxima notavelmente das categorias mais importantes do pensamento marxista – como *totalidade*, *alienação*, *consciência de classe* e *ideologia*, *práxis* e *Revolução*.

Diante desse panorama é que os estudantes da AJUP reconhecem que Paulo Freire “é meio que marxista”, como observou *Luís*, do Negro Cosme, mas às vezes o lêem “sem entender isso”, como ponderou *Caco*, do Motyrum. Os estudantes, de um modo geral, reconhecem certa presença do marxismo nas ideias de Paulo Freire. Daí que façam alusões às relações da AJUP com o marxismo por conta da sua proximidade da AJUP com Paulo Freire.

De qualquer modo, o pensamento de Paulo Freire talvez seja o mais difundido na AJUP e influencia sobremaneira a forma de atuação desses grupos. Mas a assimilação dessas ideias se dá também a partir de processos atravessados por muitas dificuldades. Uma dessas di-

7 FREIRE, 1975, p.41 e 42.

8 *Ibid.*, p.108.

9 *Ibid.*, 49-75, passim.

10 *Ibid.*, p.50.

11 *Idem*, p.125

12 *Idem*, p.81.

13 *Idem*, p.77.

ficuldades relaciona-se à rotatividade desses grupos, que os leva a priorizar uma repetição superficial em detrimento do aprofundamento dos estudos sobre educação popular. Esse fator foi observado, como autocrítica, em muitas das entrevistas com os estudantes.

A atuação deles na *educação popular* depara-se com muitas limitações, que os levam a questionar, algumas vezes, a sua real contribuição às lutas dos sujeitos com os quais desenvolvem tal atuação. Será que a AJUP é realmente capaz de realizar um trabalho de educação popular? Quais as contradições e limitações relacionadas a esta prática? Quais os seus dilemas – ou suas *crises*, no dizer dos estudantes? Qual o sentido da *educação popular* da AJUP? Questiona Caco, ao refletir sobre o porquê da prática da AJUP – a “extensão”, em seu entendimento – propiciar um avanço organizativo maior para os estudantes do que para as *comunidades* onde atuam:

Primeiro a gente não tem projeto de sociedade. A extensão não tem. A gente não se afirma socialista, por exemplo, então, necessariamente, se a gente for fazer educação popular, a gente vai estar fazendo educação popular pra que sentido? Isso já é um problema. Outro problema que eu vejo é que se a gente tivesse um projeto de sociedade, vamos lá, se a gente afirmasse: ‘queremos que a educação popular se encaminhe pra um projeto de revolução’, a gente não ia conseguir fazer isso em um ano de projeto, que é o ano que a gente tem. Não ia fazer. Mas aí a gente podia dizer, “não o [Núcleo] Urbano passou dois anos e poderia passar quanto quisesse”. No entanto o [núcleo] Urbano vai poder sair da comunidade quando ele quiser, sem fazer necessariamente com que a comunidade acumule força pra mudar estruturalmente a realidade em que eles estejam (Caco; Entrevista com o Motyrum realizada em Natal no dia 11 de maio de 2013).

As limitações da AJUP, para Caco, relacionam-se, em primeiro lugar, à falta de clareza quanto ao projeto político da transformação social que desejam. Por isso não conseguem, por exemplo, contribuir para um processo revolucionário no trabalho junto às *comunidades e movimentos* – “dar a revolução como sul”, na sua expressão latino-americana.

O segundo problema posto por *Caco* relaciona-se aos limites do estabelecimento de vínculos com o povo por meio da extensão universitária. Deste lugar institucional, é possível desvincular-se dos sujeitos com os quais se atua a qualquer momento, a despeito de haver contribuído ou não para o acúmulo de forças necessário à transformação da realidade. Como ele bem observa, é impossível transformar a realidade “em um ano de projeto”, que é o que eles têm na *extensão*. Por isso, mesmo que eles tivessem clareza de um projeto político, a lógica institucional certamente seria incapaz de cumprir com o objetivo meramente retórico da *transformação social*, alimentando geralmente a proposta assistencialista que a ditadura implementou para a extensão universitária.

Algumas das contradições apontadas ao longo das últimas páginas talvez estejam ancoradas no próprio projeto político-ideológico da educação popular de Paulo Freire. Outras delas correm por conta dos estudantes da AJUP, mesmo. Todas estas contradições, no entanto, são próprias do atual momento histórico cheio de dilemas e hesitações para as forças de esquerda. Apesar delas, os estudantes da AJUP buscam, por meio da *educação popular*, estar próximos dos “esfarrapados do mundo” – os trabalhadores e os demais sujeitos subalternizados na sociedade de classes. Essa aproximação, no entanto, padece de uma maior clareza quanto às perspectivas ideológicas subjacentes à *educação popular* da AJUP.

Passarei agora a tratar de algumas questões difíceis que se colocam no caminho da AJUP em sua atuação de *educação popular*. É preferível atuar junto a *comunidades* ou junto a *movimentos sociais organizados*? É possível para a AJUP relacionar-se com partidos políticos ou não? Ao atuar com a dimensão mais estritamente “jurídica”, estaria a AJUP incorrendo em assistencialismo e, dessa forma, negando a *educação popular*? É preferível atuar com o direito ou com a *educação popular*? “Cadê o direito da assessoria jurídica?” Essas questões costumam ser compreendidas pelos estudantes como “dilemas históricos” da AJUP em suas atividades de *educação popular*, consistindo em algumas de suas *crises*. Tais dilemas ou *crises* implicam-se, por sua vez, nas já mencionadas dificuldades quanto ao projeto político-ideológico da *educação popular* da AJUP.

DILEMAS DA EDUCAÇÃO POPULAR DA AJUP

Os estudantes do Negro Cosme, ao se prepararem para dar início ao *trabalho em* comunidade, de início refletiram sobre a conjuntura da cidade de São Luís. Chegaram à conclusão de que o problema da moradia era uma questão relevante junto à qual gostariam de atuar, mais especificamente junto às demandas por regularização fundiária. A fim de conhecer melhor tal problema para decidir o *recorte* da atuação, procuraram duas organizações próximas, a OAB, através da sua Comissão de Direitos Humanos, e a Comissão Pastoral da Terra.

O contato foi a partir do momento em que o NAJUP estava decidindo com o quê ia trabalhar, qual ia ser o recorte, no começo de 2011, então os membros começaram a entrar em contato com as organizações pra saber como estava a situação da regularização fundiária na ilha de São Luís. A gente tinha o tema, regularização fundiária, mas não tinha o recorte, porque São Luís é muito grande. Onde o trabalho era mais preciso, onde daria pra trabalhar de forma mais concreta? Então começamos a fazer reuniões com o pessoal da OAB, fomo na CPT também, então decidimos trabalhar com a comunidade de Todos os Santos, que fica em Paço do Lumiar (Mônica; Entrevista com o NAJUP Negro Cosme realizada em São Luís no dia 18 de maio de 2013).

A partir desses contatos, surgiu o Fórum das Comunidades Ameaçadas de Despejo na cidade, articulado, sobretudo pela CPT. Inicialmente, o Fórum estava voltado às comunidades do Paço do Lumiar, mas depois sua abrangência passou a alcançar toda a ilha de São Luís. O Negro Cosme, a partir da configuração deste Fórum (de que participaram desde o início), passou a trabalhar *em rede* com essas organizações e movimentos que também pautavam a regularização fundiária, além da atuação específica em Paço do Lumiar. Nessa atuação específica, eles iam à comunidade periodicamente para discutir sobre um tema que escolhiam junto com os moradores, por meio de *oficinas* – momentos de aprendizado com a utilização de metodologias que despertem a sensibilidade e estimulem o diálogo. A preparação

para esses momentos exigia uma divisão de tarefas a que procediam da forma mais *horizontal* possível entre eles: “na oficina a gente vai falar sobre ‘isso’ então a gente precisa fazer cartazes, precisa fazer a ementa, cartilha... Então, a divisão é das tarefas que todo mundo faz dentro da comunidade”, explica *Mônica*.

São visíveis as influências da proposta da educação popular nesse tipo de atuação que a AJUP desenvolve. Geralmente o trabalho se inicia com a busca do “tema gerador”, no dizer de Paulo Freire, identificando as “temáticas significativas” de uma época histórica que deverão ser problematizadas junto a uma *comunidade*. Estas temáticas estão articuladas numa totalidade que precisa ser problematizada, compreendida a partir da realidade aparentemente fragmentada dos próprios sujeitos. O trabalho de educação popular envolve esta articulação das partes com o todo da realidade social, pois “faltando aos homens uma compreensão crítica da totalidade em que estão, captando-a em pedaços nos quais não reconhecem a interação constituinte da mesma totalidade, não podem conhecê-la” (FREIRE, 1975, p.113).

Não é um trabalho fácil. Paulo Freire, mesmo, alerta para algumas “dificuldades” e “riscos” na busca pela temática significativa, em especial nas primeiras aproximações entre os sujeitos envolvidos. Pode ser difícil reunir um grupo de sujeitos nessas *comunidades* dispostos a participar do trabalho de educação popular, e mais ainda estabelecer laços de confiança com eles. Isso pode dificultar o processo chamado por Freire (1975, p.123) de “decodificação”, que compreende as primeiras visitas à área para observar e compreender a dinâmica do local, as relações ali estabelecidas, os sujeitos de referência naquele contexto etc. Algumas dificuldades desse tipo me foram relatadas pelos estudantes das AJUP.

O DILEMA ENTRE “COMUNIDADE” E “MOVIMENTO ORGANIZADO”

O Cajúina se propôs a atuar em Lagoas do Norte, uma *comunidade* periférica em Teresina que estava sendo reorientada para funcionar

como um local turístico. “Os espaços de organização lá quase não existem. Existem grupos paroquiais, esse tipo de coisa, mas grupos organizados, não”, relatou-me *Tito*. Perguntei com quem eles marcavam quando iam até o local. Era com *D. Francisca*, que fazia parte do mesmo grupo feminista da orientadora do Cajuína, a União das Mulheres Piauienses (UMP). Por meio desse contato,

ela veio aqui e falou pra gente da história de todo o bairro, e tem um sobrinho dela [universitário] que fez a monografia dele sobre o bairro também. Foram pessoas que, quando a gente ia na comunidade, a gente contava com eles pra ir lá e conhecer. Mas como eu falei, a gente não ia pra lá pra uma reunião da Associação; pra gente conseguir fazer isso, teria que fazer uma articulação, passar de casa em casa, chamando morador por morador pra ter uma conversa. Esse tipo de articulação a gente não conseguiu, enquanto projeto. Eu, particularmente, considero difícil. Nesse um ano a gente fez essa tentativa, fizemos 5 visitas, fomos a vários locais diferentes da comunidade, como Largo das Olarias, São Joaquim, mas... foi uma experiência tanto da dificuldade de estabelecer contato com os movimentos sociais como também da dificuldade de articular quando as pessoas não estão organizadas numa associação, nem outro tipo de coisa (*Tito*; Entrevista com o Cajuína realizada em Teresina no dia 14 de junho de 2013).

Tito aponta as dificuldades que as AJUP encontram de realizar algum tipo de trabalho de base junto a comunidades quando não estão acompanhadas de outros sujeitos responsáveis pela organização popular. Semelhante atividade, por exemplo, era desenvolvida com maior sucesso pelo CAJU e pelo NAJUC em Fortaleza, em colaboração ao Movimento de Luta em Defesa da Moradia (MLDM), como já relatado. No Cajuína, eles até tentaram “mapear as organizações” que pautavam as questões urbanas antes de iniciar essa atuação, como explicou-me *Chico*. “Só que, no caso da Lagoa do Norte, teve um problema porque a liderança com quem a gente teve contato já chegou falando muito mal da associação, que eram pessoas cooptadas, tal, aí a gente tentou ir por fora, como *Tito* explicou”.

Não era que os espaços organizados lá em Lagoas do Norte não existissem, como primeiramente havia relatado *Tito*. Na verdade, existia uma disputa entre os sujeitos através dos quais o Cajuína tentava se inserir naquela comunidade e outras forças ali atuantes. *Eleonora* explicou que *D. Francisca* mobilizava os moradores de uma forma crítica à implantação do projeto de intervenção urbana em Lagoas do Norte. “Ela dizia: ‘Olha, esse projeto não é isso que tão dizendo que é, que vai só melhorar nossa vida e tal’”. Com essa atuação, *D. Francisca* até conseguiu realizar algumas assembleias de moradores e convocar uma audiência pública. Mas depois de um tempo, outro grupo formou um Comitê em Lagoas do Norte, de modo distanciado dessa primeira articulação que havia se conformado sob o protagonismo de *D. Francisca*. Os sujeitos à frente do tal comitê eram lideranças comunitárias, algumas das quais haviam se candidatado a vereadores, ligadas a partidos que compunham o governo municipal e defendiam a intervenção urbana em Lagoas do Norte. O próprio *Tito* descreveu a atuação dessas forças da seguinte forma:

O presidente do Comitê Popular das Lagoas do Norte, o carro dele era todo adesivado com a propagando do atual prefeito [que, nessa época, era do PTB. Mas ele era do PT. E, tipo assim, tinha candidatos a vereador, lá, que eram ligados ao PT, que, dentro da Câmara Municipal, apoiam o Projeto Lagoas do Norte da forma como ele tá e vem sendo financiado pelo Banco Mundial. E a gente sabe quais são as pretensões do Banco Mundial e como ele atua, principalmente em países como o Brasil. Essas lideranças do Lagoas do Norte estavam muito ligadas a isso, e a D. Francisca já vinha com um discurso mais crítico; era outra liderança, mais crítica daquilo ali: “pôxa, foram construir o Lagoas do Norte e não chamaram a comunidade pra discutir aquilo ali. A gente sugeriu uma usina de reciclagem e eles disseram que não iam construir porque iam construir um batalhão da PM [polícia militar]”. Aí você vê o programa totalmente alinhado à questão da militarização. A única intervenção que a comunidade tentou fazer não foi aceita (Tito; Entrevista com o Cajuína realizada em Teresina no dia 14 de junho de 2013).

O Cajuína não contava com tamanhas disputas internas no seu trabalho de *educação popular* em Lagoas do Norte. Antes de eles en-

tenderem bem o contexto dessas disputas, o Comitê resolveu realizar um seminário sobre o projeto urbanístico, convidando o Cajuína para participar. Ao chegar lá, os estudantes repararam que os moradores não se fizeram presentes, embora o seminário ocorresse num teatro localizado nas proximidades da área – “apesar de ser perto da comunidade, talvez ela não tenha uma relação de pertencimento com aquilo, talvez se fosse numa praça, num ambiente público, talvez fosse mais convidativo”, pondera *Tito*. Muitas autoridades estavam presentes, e pareceu aos estudantes que aquela atividade foi “só pra mostrar o que ia fazer de bom: vai mudar isso, vai acabar com isso... aquela coisa bem pelega”, contou *Eleonora*. Para completar, um conhecido de *D. Francisca* telefonou pra ela avisando que a turma do Cajuína estava no seminário do Comitê. “Ela ligou pra *Eleonora* e falou coisas muito pesadas. Que tinha perdido a confiança na gente...”.

Estes relatos remetem a um dos *dilemas históricos* da RENAJU: é preferível trabalhar com *comunidades* ou com *movimentos sociais* já “organizados”? Há alguns pressupostos problematizáveis implicados nesse dilema. Primeiro, o fato de que não necessariamente está “desorganizada” uma *comunidade* sobre a qual não incida a atuação de um *movimento social*. Olhadas mais de perto, as relações ali estabelecidas certamente indicarão algum tipo de sujeito de referência naquele local. Se os estudantes da AJUP podem contribuir para potencializar a organização comunitária, este é outro problema, muitas vezes não considerado com a seriedade e o realismo necessários. Trabalhar junto a *movimentos sociais*, por sua vez, geralmente envolve o atuar em alguma *comunidade*, seja ela delimitada em uma localidade específica, seja ela composta por uma coletividade de sujeitos. Qualquer que seja essa atuação, com seus níveis distintos de organicidade, ela seguramente apresentará desafios e dificuldades.

Sobre as dificuldades do trabalho sem o apoio de espaços organizativos fortes, *João* recordou uma situação que vivenciaram no *núcleo rural* do Motyrum, envolvendo as mobilizações para conseguir iluminação pública numa comunidade em que atuavam. Os estudantes participaram ativamente deste processo, realizando um trabalho de *educação popular* para fortalecer a compreensão da importância de todos

se unirem em prol daquela causa. Simularam uma audiência pública com a presença fictícia do prefeito; gravaram essa atividade e depois exibiram um vídeo para que os moradores se vissem discutindo com a personagem que representava o prefeito. Uma espécie de teatro do oprimido, provocando o debate sobre o que fazer para enfrentar o problema da iluminação pública. Os próprios moradores tiveram a ideia de cada um pegar a conta de iluminação pública, fotocopiar, juntar num abaixo-assinado e levar até o Ministério Público. Assim o fizeram dois representantes da comunidade com os estudantes do Motyrum, e obtiveram êxito na demanda real que pleiteavam.

E depois disso, o prefeito foi lá pra inaugurar o poste; e eles não se compreenderam como que tivessem contribuído pra aquilo, entendeu? Só que eles contribuíram. Mas pra eles foi como se os estudantes de direito chegassem pra fazer por eles, eles não tinham um espaço organizativo pra pensar porque se deu aquele avanço. A comunidade é rachada, tinha duas associações, a gente tinha dificuldades de atuar com eles. Por isso, beleza, teve um avanço material, mas a consciência desse avanço, do porquê, por mais que o processo não tenha sido tutelador, entendeu, porque não foi, foi um processo conjunto; até pra gente conversar com as autoridades foi com eles. Mas qual a apropriação que eles tiveram disso daí? Foi de tutela: foram os meninos da universidade. E porque isso aconteceu? Porque o seguinte: como eles não são sujeitos organizados, eles iriam individualmente, ia um representante da comunidade individualmente conversar com o prefeito da cidade, mas o prefeito não queria ouvi-los, ouvia e contava promessas, não dava certo. Se eles fossem sujeitos organizados, eles se organizariam pra pressionar as autoridades, mas como era muito aleatório, individual acaba até gerando cansaço (*João*; Entrevista com o Motyrum realizada em Natal no dia 11 de maio de 2013).

Na avaliação de *João*, toda a mobilização que os moradores daquela comunidade rural vivenciaram, a despeito da sua real conquista, não foi suficiente para que eles se percebessem como sujeitos políticos daquele processo. Eles não perceberam que aquilo tudo havia resultado de seu próprio esforço, atribuindo as conquistas a sujeitos externos, os

estudantes de direito. Continuavam, dessa forma, alienados de sua própria luta, por mais dialógica que tivesse sido a relação com o Motyrum. *João* percebia a continuidade de um círculo vicioso que o trabalho do Motyrum não tivera condições de romper: o fato de não haver um espaço organizativo próprio em que os moradores pudessem refletir sobre aquele processo frustrara a percepção de serem eles próprios os sujeitos responsáveis por aquelas conquistas, e tal alienação da condição de sujeitos dificultaria, por sua vez, a organização deles.

Por outro lado, atuar junto a sujeitos “organizados” apresenta também muitos desafios. Por exemplo, o trabalho de *educação popular* que o Motyrum desenvolvia na Penitenciária João Chaves, presídio feminino de Natal, enfrentou dificuldades na parceria com certo coletivo feminista que também atuava por lá. “A experiência foi trágica”, segundo *Vanessa*. Isso porque a perspectiva dialógica freireana que o núcleo penitenciário do Motyrum tinha entrou em choque com a forma de atuação deste coletivo, cujas integrantes “só queriam pautar o feminismo de uma maneira bem incisiva”. As mulheres da penitenciária ficaram com uma imagem negativa do Motyrum, *difícil de desconstruir*, por conta da postura de tal coletivo. A parceria com aquele grupo foi *bem desastrosa*, por isso “hoje em dia a gente pondera muito se vai fazer alguma parceria pra atuar. A pastoral carcerária tentou se aproximar da gente, mas a gente pondera muito se faz essa parceria ou não”, comenta *Vanessa*.

Na mesma conversa com o Motyrum, *Caco* refletia que atualmente eles tem bem menos contato com os *movimentos sociais* do que já tiveram no passado, especialmente em parcerias com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e com o Movimento de Lutas nos Bairros e Favelas (MLB). Quando buscaram se inserir na comunidade de Leningrado, em Natal, a ideia que tinham era a de potencializar a atuação do MLB, que buscava organizar os moradores do Leningrado na luta por moradia.

Lá com o MLB, no Leningrado, em tese, ele iria nos ajudar a entrar na comunidade e a gente iria acumular pra que a galera da comunidade se organizasse e tocasse mais luta com o MLB.

Iria acumular, era um processo meio de catalisador. Mas isso em tese. Acabou que a MLB não tinha tanta referência assim na comunidade, no Leningrado. Jogou a gente lá, deixou a gente sozinho e acabou que a gente fez o processo nosso, sozinho. No início é que a gente foi pra algumas formações do MLB, levou eles pra alguns espaços na universidade, mas acabou que a galera do MLB viu que não era muito tático tá com a gente e a gente viu também que não era muito tático tá com eles, porque a galera tinha muito ranço com eles no Leningrado. Aí acabou que cada um andou por si (Caco; Entrevista com o Motyrum realizada em Natal no dia 11 de maio de 2013).

Nem tudo são flores, portanto, no trabalho com os *movimentos sociais* “*organizados*”. O dilema comunidade *versus* movimento esteve também relacionado, num dado período histórico da conformação da AJUP, com o titubear dos estudantes na disposição em apoiar os *movimentos sociais*. O trabalho em comunidade, dessa forma, se ajustava melhor às hesitações dos estudantes em relação às ações mais radicalizadas dos trabalhadores e demais sujeitos subalternizados, no contexto relatado no primeiro capítulo, quando a RENAJU decidiu pelo *apoio crítico* aos *movimentos sociais*. Mas, como também indiquei, o apoio às lutas dos *movimentos sociais* é hoje um consenso na assessoria jurídica universitária popular.

Em sua atuação, as AJUP realmente se relacionam com diversos *movimentos sociais*, mas também com outros sujeitos com diversas estruturas organizativas: associações de bairros, lideranças comunitárias (ligadas ou não a tais movimentos), partidos políticos, sindicatos, ONG’s, instituições públicas etc. A despeito desta diversidade, há uma inclinação em identificar esta amplitude de forças organizativas sob a abstração de *movimentos sociais*.

DILEMAS DA AJUP COM AS ORGANIZAÇÕES PARTIDÁRIAS

Como apontei acima, uma das principais atuações do CAJU e do NAJUC à época da pesquisa de campo consistia em acompanhar

o Comitê Popular da Copa em Fortaleza. Os problemas entre as forças que compunham o Comitê levaram ao surgimento de outra organização, o Movimento de Luta em Defesa da Moradia (MLDM). A composição deste espaço contava com vários sujeitos além do CAJU e do NAJUC:

A ORL (Organização Resistência Libertária), que é uma organização anarquista, fazia parte também; algumas pessoas do Mandato João Alfredo, que é um vereador do PSOL, algumas organizações, o Ceará Periferia, que não é do PCdoB, mas tem gente que é, então tem certa influência também... várias organizações, enfim, mas aí a galera da ORL rachou (o que é uma longa história) e depois disso nasceu o MLDM. Como o Caju se comportou frente a isso? A gente achou que era importante acompanhar o MLDM porque estaríamos mais próximos às comunidades, já que a gente não tinha uma atuação na época e a gente queria, pra fazer AJUP mesmo, então a gente decidiu acompanhar o MLDM, participar das reuniões e se inserir numa comunidade, mas mesmo assim a gente continuou achando importante a articulação do Comitê Popular da Copa. A gente não se fechou nem pro Comitê nem pro MLDM, independente das forças que estavam compondo cada um desses dois espaços (Caetano; Entrevista com o CAJU realizada em Fortaleza no dia 18 de abril de 2013).

Nesse relato, menciona-se a presença de uma organização anarquista, de partidos políticos, de uma ONG influenciada por um partido e de comunidades periféricas; todos integrantes de um “comitê”. As tensões entre esses sujeitos deram origem a outra força – um *movimento*, o MLDM, que era composto também por diversas forças organizativas. A estudante refletia que o CAJU, como um núcleo de AJUP preocupado com a remoção das famílias em virtude das obras da copa, deveria estar aberto ao diálogo com todas essas forças, e não se fechar “porque tal organização é pelega ou está só atrás de voto ou porque tal organização é sectária demais e eu não vou lá porque é um bando de anarquista”. A influência dessas organizações, partidárias ou não, era um fato e não necessariamente era prejudicial, então eles

tinham de refletir e “tentar levar da melhor maneira, porque não vai deixar de existir”. Já a avaliação do NAJUC foi ligeiramente diferente. Eles optaram por não mais participar do Comitê Popular da Copa após compô-lo por aproximadamente quatro meses, por avaliar que aquele “era um espaço pensado pra base de eleição”.

A gente pensou isso quando, em véspera de eleição, o Comitê se desmobilizou, morreu, porque todos os militantes estavam focados no processo eleitoral. A gente sentiu que o Comitê não está na base das comunidades, nunca esteve, e as comunidades não o reconheciam enquanto sujeitos que representavam eles (*Nina*; Entrevista com o NAJUC realizada em Fortaleza no dia 18 de maio de 2013).

Independentemente das avaliações dos estudantes da AJUP sobre as forças presentes em seus espaços de atuação, quero chamar atenção para o modo como eles costumam resumir essa atuação no *apoio aos movimentos sociais*, a despeito da variedade de formas organizativas com que lidam. Isso porque a noção de *movimentos sociais* acabou por dominar a racionalidade política das forças de esquerda na reorientação do último quartel do século passado, como argumentei no primeiro capítulo. Essa abstração, portanto, está implicada nas tensões entre as organizações “tradicionais” de esquerda, mais diretamente referenciada na classe trabalhadora, e as novas movimentações que, sobretudo a partir da ofensiva neoliberal, foram cada vez mais se fragmentando. Certa passagem da conversa com o NAJUP Direito nas Ruas sobre a atuação deles junto ao Fórum Suape exemplifica essa tensão.

Construído ainda nos anos 70, foi a partir de 2007 que se intensificaram os investimentos no porto localizado na cidade de Suape, no litoral sul de Pernambuco. A vida na região foi profundamente afetada por conta da ampliação desse complexo portuário¹⁴. O progresso econômico alardeado pelo Estado e pelos conglomerados econômicos

14 Para maiores informações, inclusive acesso a diversas produções acadêmicas sobre os impactos do empreendimento em questão, conferir o site do Fórum Suape – Espaço Socioambiental. Disponível em: <<http://forumsuape.ning.com>>. Acesso em julho de 2015.

envolvidos no empreendimento foi acompanhado de remoções irregulares para a construção do porto, com sérias implicações sociais e também ambientais, além de inúmeros conflitos de ordem trabalhista. Para incidir junto a estes conflitos, várias organizações decidiram criar um Fórum, junto ao qual o NAJUP resolveu atuar com a intenção de participar da elaboração de um dossiê sobre os conflitos relacionados àquele porto. Segundo *Heloísa*, na composição do Fórum Suape “tem organização de todo tipo”: tem o NAJUP, o Movimento Eco-Socialista de Pernambuco, tem uma organização “que é uma consultoria pra empresas pra os seus projetos serem sustentáveis”, tem o MST, o CENDHEC (Centro Dom Hélder Câmara de Estudos e Ação Social), a FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), entre outras entidades.

Os estudantes do NAJUP me explicavam que, naquele momento, o Fórum enfrentava certa dispersão, pois nem todas as entidades estavam conseguindo participar com regularidade. Estas entidades resolveram, então, constituir um estatuto para regulamentar os aspectos organizativos do Fórum. Adveio daí uma tensão porque algumas pessoas se posicionaram contra a participação de representantes de partidos políticos no Fórum. Sendo que participavam efetivamente daquele espaço alguns sujeitos do PSTU e do PSOL, por exemplo – no Fórum, sempre “teve gente de partido, mas não o partido lá, se colocando enquanto partido”. Esses sujeitos costumavam se apresentar no Fórum como pessoas individuais (omitindo a sua vinculação partidária) ou como integrantes de outras organizações de que faziam parte, e agora as diversas forças presentes no Fórum passavam a questionar a legitimidade das organizações partidárias para integrar aquele espaço. Os estudantes do NAJUP esclareceram que eles próprios tinham o receio de que aquela luta fosse apropriada por sujeitos que não a construíam.

À época, o NAJUP Direito nas Ruas tinha duas atuações principais: essa, junto ao Fórum Suape, e outra junto ao Fórum Dom Hélder, que congregava várias organizações do campo dos *direitos humanos*. Quando perguntei quais partidos se aproximavam da atuação deles, eles me disseram, num primeiro momento, que o NAJUP não reali-

zava nenhuma ação conjunta com partidos; ao menos não de que se lembrassem. Mas, ao descrever a composição do Fórum Dom Helder Câmara, reconheciam a atuação de vários partidos:

No Fórum Dom Helder Câmara tem muita gente do PT, muita gente da Consulta Popular; uma galera do PSTU aparece de vez em quando, muito raramente; já apareceu gente do PCR. Mas muitas vezes quando aparece, você sabe que o militante é do partido, mas tá lá construído enquanto outra organização – muitas vezes é também de sindicato; às vezes tá construindo enquanto associação de morador, mas você sabe que é de outro partido... Eu realmente não lembro de uma atividade que, tipo. “estão organizando: NAJUP, PT, Fórum Dom Helder”... Não lembro (*Pedro*; Entrevista com o NAJUP Direito nas Ruas realizada em Recife no dia 24 de agosto de 2013).

Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que os estudantes do NAJUP Direito nas Ruas marcavam uma distância entre o que faziam e as práticas dos partidos políticos, reconheciam a presença destas organizações nos espaços em que atuavam. Quero argumentar que existe uma postura idealizada entre os estudantes da AJUP de que eles não se relacionam com partidos políticos - mas apenas com *movimentos sociais*- que não corresponde à realidade. Por trás dessa idealização, está presente a tensão entre a *nova esquerda* (que se conformou a partir dos anos 70, mas, sobretudo, na passagem dos anos 80 para os 90, como é o caso da AJUP) e as tradicionais organizações representativas da classe trabalhadora.

A reivindicação abstrata da noção de *movimentos sociais* - a despeito da atuação no seu interior de diversas forças organizativas, inclusive as consideradas *tradicionais* como os partidos políticos – relaciona-se à invisibilidade da luta de classes que se entrecorta nessas movimentações fragmentadas. Aos partidos (de esquerda) e sindicatos correspondia certa racionalidade política indissociável da classe trabalhadora – eram concebidos como instrumentos dessa classe. Já em relação aos *movimentos sociais*, esse projeto de classe não está mais tão obviamente relacionado. Em seu lugar, a perspectiva da *identidade*

passou a dominar a racionalidade política dos sujeitos que organiza. As ações dos movimentos sociais passaram a ser cada vez mais compreendidas, por força da emergência do consenso neoliberal, em termos de *lutas identitárias*, e não de *luta de classes*, como analisado no primeiro capítulo. Esta tensão é problematizada por Rosa, do CAJU, ao criticar certa pretensão de neutralidade nas esquerdas presente na postura idealizada de não se relacionar com partidos políticos:

Enquanto alguém tá dizendo que é totalmente autônomo e não dialoga com tal pessoa porque ela é de partido, você tá acumulando pra um campo... Não seja ingênuo ou besta de achar que você é perdido no mundo, você tá acumulando pra um campo e concordando com um campo, aí não sei dizer se ele é certo ou se é errado, você que tem que parar pra analisar e ver o que você acha disso politicamente. É aquela coisa da neutralidade: dentro da esquerda, também, ninguém é neutro. Não é só na direita, isso (Rosa; Entrevista com o CAJU realizada em Fortaleza no dia 18 de abril de 2013).

Quanto a Paulo Freire e sua proposta de educação popular, não há dúvida quanto a esta falta de neutralidade, o que não o impedia de exercer ferrenhas críticas aos sectarismos partidários das esquerdas. De qualquer forma, creio que existe na AJUP um superdimensionamento da educação popular. Nem sempre as suas práticas correspondem a um trabalho *educativo* com a classe trabalhadora e os grupos sociais subalternizados, e em muitas situações esses outros tipos de atuação, que não corresponde ao que idealizam como *educação popular*, podem ser vias interessantes de interlocução com tais sujeitos. Refiro-me, principalmente, à dimensão “jurídica” da prática da AJUP, muitas vezes esquecida em meio à busca idealizada por atuar com “educação popular”.

DILEMAS DA AJUP COM O DIREITO

No NEP uma das atuações que talvez mais tenha colaborado com a organização popular consistiu principalmente no acompanhamento de

um conflito urbano que foi judicializado¹⁵. Trata-se da Ocupação Tijolinho Vermelho, organizada pelo Movimento Terra Livre, em um prédio público abandonado no coração do centro da cidade de João Pessoa. Os estudantes acompanharam os processos organizativos deste movimento desde o início, ainda antes do ato de ocupar o antigo prédio do Hotel Tropicana. Apoiaram as atividades de diversas formas, inclusive auxiliando o Terra Livre no trabalho de base junto aos moradores, ajudando a organizar as assembleias e participando de uma comissão responsável pelas questões organizativas da ocupação, dentre outras atividades que estão, de fato, associadas à “educação popular”.

A situação não tardou a ser judicializada, sob a justificativa de que os moradores de Tijolinho Vermelho “violavam” o “direito de propriedade” alheio. O NEP, então, não se furtou a incidir na interlocução junto ao poder público, em diversas instâncias, para agilizar a defesa jurídico-processual da ocupação. Participou de várias reuniões com o movimento Terra Livre para tentar buscar uma solução do problema da moradia junto às instâncias administrativas municipais e estaduais. Acionou o Ministério Público Federal e cuidou da articulação com os procuradores mais progressistas, para que pudessem colaborar para um desfecho do conflito favorável aos moradores de Tijolinho Vermelho. Cuidou também de articular aliados junto à Defensoria Pública da União para que os moradores tivessem uma defesa judicial tecnicamente qualificada. Ajudou a publicizar o conflito, dificultando a repressão violenta àquela ocupação. O NEP esteve presente em todas as audiências judiciais relativas ao conflito, demonstrando o apoio institucional da Universidade às autoridades que atuavam junto à questão. Essa atuação “jurídica”, embora não se enquadre na noção de “educação popular”, talvez tenha sido a contribuição mais relevante do NEP ao Movimento Terra Livre e aos moradores de Tijolinho Vermelho. E

15 Dois estudantes do NEP produziram, junto ao Grupo de Pesquisa Marxismo Direito e Lutas Sociais da UFPB (GPLutas), monografias de conclusão de curso a partir da atuação nesse conflito urbano: Thiago Fernandes Lúcio (2014), em *Ambivalências entre trabalho e criminalização: uma análise a partir da experiência da ocupação Alvorecer*, sob orientação do prof. Roberto Efrem Filho; e Talles Lincoln Santos Lopes (2014), em *A cidade em disputa: análise ideológica de conflitos fundiários urbanos em torno do direito à moradia*, sob minha orientação.

esse tipo de atuação é muitas vezes negligenciada pelos grupos de assessoria jurídica universitária popular em favor da *educação popular em direitos humanos*.

“Cadê o direito da assessoria jurídica?” O Cajuína indagava, apresentando o que é percebido como um dos dilemas da prática da AJUP. Segundo *Malu*, eles passavam muito tempo discutindo questões relativas à educação popular e acabavam preterindo a discussão sobre as possibilidades de atuação jurídica nos contextos sobre os quais incidiam. A mesma autocrítica esteve presente em praticamente todas as entrevistas, indicando uma tendência, na AJUP do Nordeste, a considerar a tarefa de atuar junto às questões jurídicas nos conflitos que acompanham.

No NAJUP Direito nas Ruas, *Heloísa* refletia que eles estudavam pouco a *dogmática jurídica*. “A gente tem uma barreira, um preconceito. A gente não estuda, e fica difícil trabalhar com o direito sem fazer isso. A gente analisa o direito de fora, mas de dentro, muitas vezes a gente não se propõe a fazer”. A *barreira* com o direito a que se referiu *Heloísa* consiste, na verdade, em certa indisposição da AJUP para o trânsito no terreno jurídico. Esta resistência em atuar com o direito é reforçada, também, pela associação entre a perspectiva da *assistência jurídica* com o assistencialismo, embora essas duas coisas não sejam necessariamente sinônimas.

A contraposição entre *assistência* e *assessoria* é um dilema fundante da AJUP. Havia, na conformação desse campo, uma forte crítica à perspectiva ideológica que permeava as atividades de assistência jurídica, de modo que a *assessoria* carregava, em sua gênese, a necessidade de compreender o direito desde um ponto de vista externo, relacionado ao contexto social mais amplo que, para ser transformado, necessitava dos processos de mobilização social. Daí a opção em investir esforços na *educação popular* em detrimento da atuação propriamente jurídica. No fim das contas, a AJUP acabou se distanciando deste tipo de atuação, sob a justificativa de se contrapor ao assistencialismo.

No entanto, a *educação popular*, por si só, não representa necessariamente um contraponto ao assistencialismo, como muitas

vezes advertiu Paulo Freire. Daí a necessidade permanente de cuidar da formação ideológica dos estudantes que estão entrando em contato com a AJUP. Na conversa com o Motyrum, houve a reflexão sobre a importância dos momentos iniciais de formação dos novos integrantes, para que as pessoas não pensem que estão “entrando em algo assistencialista”, explicou *Vanessa*. Logo em seguida, *Isadora complementou*:

A gente percebeu que tinha uma galera muito grande na formação, a gente até refletiu no grupo. Porque tinha uma galera muito grande da igreja, e aqueles projetos de levar brinquedos, sabe, a gente ficou preocupado. Uma galera empolgada e massa, mas a gente sabia que precisava desse momento, pra galera ‘pá’ (*Isadora*; Entrevista ao MOTYRUM realizada em Natal no dia 11 de maio de 2013).

Isadora referia-se, com o “pá”, à necessidade de fazer os novos integrantes do Motyrum perceberem as distinções entre o assistencialismo e as perspectivas ideológicas do grupo. O projeto “de levar brinquedos” vira e mexe aparece como um problema para a AJUP, como demonstra o episódio do trote solidário, no SAJU - BA. Esta entidade manteve a atuação inicial, voltada à perspectiva da *assistência* jurídica, mesmo com a reorientação que se processou nos anos 90 para conformar o núcleo de Assessoria do SAJU.

A partir de então, essas duas perspectivas passaram a se relacionar em meio a certo nível de tensão constante, cujo motivo principal é a questão do assistencialismo. Embora “assistência” não seja sinônimo de “assistencialismo”, em muitas ocasiões as perspectivas dos estudantes ligados à atuação da “assistência jurídica” se afina com esta perspectiva. Daí que surgiu a proposta, por parte do Justrote (o tal grupo responsável pelos trotes na Faculdade de Direito da UFC), de realizar um “trote solidário”. Consistia em arrecadar brinquedos e levar para “crianças carentes” de uma creche em Salvador. O SAJU foi convidado para participar dessa iniciativa *cidadã*, e, de pronto, a turma da *assistência* concordou em prestar tal solidariedade.

Aí começou uma briga gigante pelo *facebook* se o SAJU iria participar ou não, porque, teoricamente, o SAJU tem princípios em comum entre Assistência e Assessoria, de não ser assistencialista etc. Mas só teoricamente, porque as pessoas da Assistência não compartilham com isso. Aí a briga ficou despropositada, fugiu do controle, e fizeram a Reunião Geral. Foi uma discussão gigante, e era como se Assessoria quisesse ditar os princípios do SAJU: “como assim, que princípios, nunca ouvi falar desses princípios, vocês estão aí inventando, eu não concordo, quem disse que é assim?” E a gente: “Tudo bem, se não é assim, vamos discutir juntos, ver que princípios são esses, então, o que é que a gente compartilha”. Porque a gente achava que não tinha que participar enquanto instituição; primeiro, era uma coisa com a galera do trote, não tinha nada a ver; era uma coisa assistencialista, estranha: ir numa creche entregar brinquedos pra umas crianças pobres, que não vão sair dali provavelmente... Enfim, a gente achava que não tinha que ser, e algumas pessoas achavam que tinha que ser, e foi uma briga gigante. Aí mostrou, ficou claro que tinha problemas graves, que tinham coisas que as pessoas não conseguiam compartilhar que a gente entendia como princípios mínimos. Inclusive, três meses antes tinha tido o planejamento do SAJU, e agente tinha discutido todas essas coisas. Só que aí chegam as pessoas que não participam desses espaços e querem implodir tudo (*Elis*; Entrevista ao SAJU realizada em Salvador no dia 07 de junho de 2013).

Entre os “princípios mínimos” da *assessoria* a que se referiu *Elis*, dos quais a turma da *assistência* discordava, encontrava-se a contraposição ao assistencialismo. Mas é preciso uma profunda problematização para firmar este “princípio mínimo” junto aos novos integrantes da AJUP. É comum que os estudantes “mais novos” não apresentem uma compreensão muito firme quanto a isso. Quando *Laura* se pronunciou a respeito da finalidade da AJUP, ela, que estava começando a conhecer essa perspectiva, disse:

O que eu vejo mais é que às vezes a pessoa entra na faculdade querendo um ensino pra concurso, ela não pensa o resto, que tá numa universidade pública, que o povo tá pagando pra gente

estar aqui. É muito importante a gente poder retribuir, e acho que uma das maneiras mais legítimas é fazendo AJP. A gente lida com os hipossuficientes, que não tem outros meios... Isso que a gente faz é bem essa ajuda, mesmo (*Laura*; Entrevista com o NAJUC realizada em Fortaleza no dia 18 de abril de 2013).

Cheia de boas intenções, retribuindo para “o povo” a sua oportunidade de estudar numa universidade pública, *Laura* externava o entendimento de que a AJUP cumpria com a função de *ajudar os hipossuficientes*. É preciso um longo e difícil caminho, permeado por sucessivos *estalos* e inúmeras contradições, para possibilitar aos estudantes da AJUP a desconstrução da perspectiva assistencialista. As “boas intenções” rondam muito facilmente a AJUP, de diversos modos, não apenas nos “projetos de levar brinquedos”. A intenção de *ajudar os hipossuficientes* de vez em quando aparece também em propostas como a de “conscientização na escola mais próxima da minha casa” ou de “educação em direitos humanos na comunidade mais carente da cidade”. Como observou Diego Diehl (2012, p.1137), muitas vezes a escolha do “foco de atuação” da AJP tem como critério “a carência ou a precariedade da situação de vida de setores específicos das classes oprimidas”, em vez da avaliação amadurecida das reais condições de a AJUP contribuir com as lutas dos trabalhadores e dos demais sujeitos subalternizados em seus enfrentamentos na sociedade de classes.

Portanto, a perspectiva da *assessoria* pode não estar livre do assistencialismo. Por sua vez, um trabalho de assistência jurídica não implica necessariamente em assistencialismo. A questão depende do tipo de compromisso que se estabelece com os sujeitos ao lado dos quais a AJUP se coloca. Nesse sentido, as atividades da *assessoria* podem transitar por entre as inescapáveis cercas do terreno jurídico sem, com isso, assumir uma perspectiva assistencialista.

Quero destacar que a diferença essencial entre essas duas perspectivas – assistência e assessoria - não consegue ser adequadamente alcançada a partir das costumeiras análises dicotômicas que contrapõem demandas “individuais” a “coletivas”; atuação “jurídico-processual” a atuação “educativa” etc. No curso dessa reorientação,

operou-se na prática da *assessoria* “um aprofundamento do conteúdo político e da reflexão exercitada pelo estudante ou profissional do direito sobre seu papel no mundo”, como notou Thiago Arruda Lima (2008, p.02). Priscylla Joca (2011, p.192), ao entrevistar advogados e advogadas ligados às lutas por “terra e território” no Ceará, em dissertação de mestrado, sintetizou que os dois núcleos centrais da definição da assessoria jurídica popular consistem na “busca da emancipação e da superação de várias formas de opressão” e na “disputa por um papel transformador do direito”. A identidade de *assessoria* passa, portanto, pela opção ideológica de estar ao lado dos trabalhadores e dos demais sujeitos subalternizados na sociedade de classes. Estando essa opção presente, é plenamente possível atuar junto a certas demandas individuais, utilizando-se ou não dos meios judiciais para tomar partido nos embates travados, ao lado desses sujeitos.

“Querendo ou não, vai ser usada, a dogmática”, como disse *Heloísa*, do NAJUP, então eles deveriam, segundo ela, apropriar-se melhor desse aspecto. “Inclusive isso é uma crise”, complementava *Clóvis*, “porque a gente, estando na luta do lado de quem não tem vez no direito, era pra saber muito mais que qualquer outro profissional”. *Adélia* arrematava: “Nós não estaríamos no NAJUP se não estivéssemos na Faculdade de Direito do Recife. Podia estar em qualquer outra faculdade... Mas o direito tem um lugar, e a gente precisa ver ele mais vezes. Não é isso que a gente quer transformar? Tem que ver antes”.

Nessa mesma perspectiva, *Bia* refletia que, no NAJUP Negro Cosme, eles tinham uma autocrítica por “não ter esse estudo processual”. Segundo ela, a faculdade de direito “não nos instrumentaliza como deveria e a gente nunca parou pra estudar dentro do NAJUP como deveria”. Partindo dessa autocrítica, eles buscaram uma parceria com a Defensoria Pública do Estado do Maranhão (a partir de Defensores que já haviam sido integrantes do Negro Cosme), para atuar junto às questões processuais das lutas por moradia que acompanham. “A ideia é ter essa articulação pra ter acesso, também, ao núcleo de moradia de lá”. Mas, na conversa com o NEP Flor de Mandacaru, *Carlos* indicava que esta preocupação com uma atuação propriamente jurídica não era um consenso na RENAJU.

Na RENAJU existe um processo de aproximação e há pessoas que retraem isso. O NAJUP Direito nas Ruas tem um papel muito forte nisso, eles realmente colocam que a gente tem que pautar a questão dogmática, tem que estudar a questão dogmática, tem que se aproximar com advocacia popular. Acho que o NEP e o NAJUP se aproximam nesse sentido, a gente acredita que é necessário que se construa uma ponte entre assessoria jurídica universitária popular e a assessoria de advocacia popular. Acho que a gente tá dentro desse processo de aproximação que outros núcleos não tão, outros núcleos não fazem tanta questão assim disso (*Carlos*; Entrevista com o NEP Flor de Mandacaru realizada em João Pessoa no dia 02 de maio de 2013).

Por conta dessa perspectiva que alguns núcleos trouxeram mais recentemente para a RENAJU, alguns núcleos passaram a problematizar essa ausência do direito em suas práticas. No Cajuína, por exemplo, eles voltaram do ERENAJU de 2012, em Caruaru/PE, mais preocupados com “essa questão da formação jurídica que a gente precisa ter, do positivismo de combate, de a gente tá armados também com a lei pra conseguir usar ao nosso favor, e tal”, relata *Tito*. Ele menciona as expectativas de um movimento de moradia, do qual eles estavam se aproximando, de que o Cajuína contribuísse no enfrentamento às demandas jurídicas relativas à regularização fundiária de uma área que ocupavam.

A gente tem que ir preparado nesse sentido, também, porque, por mais que a gente chegue lá querendo construir com eles outra temática, ajudando no fortalecimento político da comunidade, enfim, instigando algumas coisas, a gente vai ter que, também, tá preparado praquela demanda, porque eles estão esperando isso da gente. Daí a necessidade de fazer formações nesse eixo [voltado à “discussão jurídica”], até porque somos de períodos diversos, e isso é meio complicado (*Tito*; Entrevista com o Cajuína realizada em Teresina no dia 14 de junho de 2013).

Esse tipo de atuação, embora não consista propriamente em “educação popular”, oferece várias possibilidades para a contribuição, ainda que modesta, da AJUP nas lutas populares. O direito, não o

“alternativo”, não o “plural”, mas o único direito realmente existente, o da sociedade de classes, pode ser o *locus* privilegiado da atuação destes grupos, sem desprezar as implicações *dialógicas* da prática da educação popular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões aqui apresentadas buscaram problematizar as possibilidades, as contradições e as limitações da prática de educação popular realizada pelos grupos de assessoria jurídica universitária popular, a partir de pesquisa de campo com dezenas de estudantes ligados a tais grupos nas faculdades de direito do Nordeste do país.

A educação popular é considerada um dos elementos mais significativos da prática destes grupos, de acordo com eles mesmo, sob influência do pensamento de Paulo Freire. Algumas dificuldades se colocam na apreensão dos estudantes das ideias freireanas, especialmente difundidas por meio da “Pedagogia do Oprimido”. A partir desta apreensão, os estudantes vão até as *comunidades* desenvolver as atividades de educação popular e, ao chegarem lá, deparam-se com inúmeras outras dificuldades. Algumas delas foram abordadas aqui como dilemas da educação popular da AJUP: o dilema entre atuar junto a “comunidades” ou junto a “movimentos sociais organizados”; os dilemas da AJUP ao atuar com organizações partidárias e os dilemas da AJUP com o direito, o que inclui a polarização entre “assistência” e “assessoria”.

Refleti, sobre esta última questão, que os estudantes da AJUP tendem a recusar ou ter dificuldades com a atuação no âmbito mais estritamente jurídico, como se houvesse uma polarização entre a “educação popular” e a atuação jurídica. Contudo, a educação popular da “assessoria” nem sempre está livre do assistencialismo, e, por outro lado, prestar assistência jurídica não implica em ser assistencialista.

Com todas essas reflexões, não tenho a intenção de indicar como a AJUP “deve ser”, ditando o que estaria supostamente “certo” ou “errado” em suas práticas de educação popular. A tarefa a que me pro-

ponho é a de problematizar as possibilidades, as contradições e os limites da prática da educação popular na AJUP. Não pretendo, pois, oferecer receitas; apenas estimular o diálogo entre aqueles que se descobrem junto aos *esfarrapados do mundo*, “e assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam”, como disse Paulo Freire na *Pedagogia do Oprimido*.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Lia. **Um estalo nas faculdades de direito: perspectivas ideológicas da assessoria jurídica universitária popular**. 2015. 342 fls. Tese (Doutorado em Direito). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa - PB.

DIEHL, Diego Augusto. Metodologia da assessoria jurídica popular na luta pela realização histórica dos direitos humanos. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (ANDHEP), 5. 2009. **Anais**. Belém/PA. Disponível em: <<http://www.andhep.org.br/images/downloads/encontros/anais/vencontro/gt2/gt2p04.pdf>>. Acesso em maio de 2015.

_____. **Metodologia da assessoria jurídica popular na luta pela realização histórica dos direitos humanos – Parte 2**. SEMINÁRIO DIREITO, PESQUISA E MOVIMENTOS SOCIAIS, 2. 2012. Cidade de Goiás. **Anais**. ISBN: 978-85-67551-00-5. Goiás: IPDMS, 2013. p.1135-1162.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. _____. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1993.

_____. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. **Extensão ou Comunicação**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIMA, Tiago Arruda Queiroz. A assessoria Jurídica Popular como aprofundamento (e opção) do conteúdo político do serviço jurídico. ENCONTRO REGIONAL DOS ESTUDANTES DE DIREITO, 21. 2008. **Anais.** ISBN 978-55-61681-00-5.

MARTINS, Marta Pryscilla Monteiro Joca. **Direito(s) e(m) Movimento(s): Assessoria Jurídica Popular a Movimentos Populares Organizados em torno do Direito à Terra e ao Território em Meio Rural no Ceará.** 2011. 231 fl. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza – CE.

NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social. Notas sobre a reestruturação do Estado e a emergência de novas formas de participação da sociedade civil. In: Política Social: alternativas ao neoliberalismo. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social.** Brasília: UNB, 2004.

NÚCLEO DE ASSESSORIA JURÍDICA COMUNITÁRIA (NAJUC). Panfleto de apresentação do NAJUC direcionado aos calouros. Fortaleza, 2012.

Recebido em 01/08/2016.

Aprovado em 14/01/2017.